



Assunto em pauta

MANUAL DE PREPARAÇÃO DE DELEGADOS

Para participar de nossa simulação da ONU é necessário ir muito além da presença no Comitê durante o evento. Cada delegado deve estar previamente preparado para agir como um diplomata especializado no assunto a ser discutido durante o evento. Para que isso possa acontecer da melhor maneira possível, podemos destacar dois momentos essenciais para que uma simulação ocorra de forma eficaz.

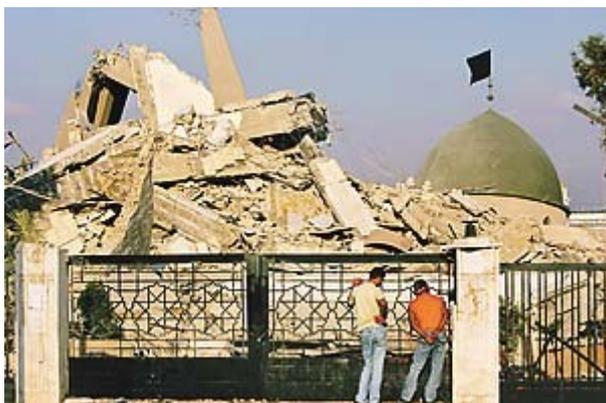
1. O Conflito entre o Hezbollah e o Estado de Israel

Em 1990 o Líbano terminou oficialmente os quinze anos de guerra civil que assolava o seu país. Contudo, desde 1993, Israel tem feito incursões no território libanês com o objetivo de cessar o ataque do grupo terrorista Hezbollah às cidades israelenses. Somente em 2000, as tropas israelenses se retiraram do sul do Líbano, e as Nações Unidas estabeleceram uma “linha azul” como fronteira. Os ataques do Hezbollah ao território de Israel se intensificaram em 2003, e em resposta aviões israelenses atingiram o sul do Líbano. No mês seguinte do mesmo ano, há uma troca de tiros em uma região disputada por ambos países, chamada de Shebaa Farms.

Em 2004, após o assassinato do ex - primeiro ministro Rafik Hariri, a sociedade internacional pressiona a Síria para retirar suas tropas do Líbano, o que acontece em abril.

No fim de Julho de 2006, militantes do Hezbollah atravessaram a linha azul que separa a fronteira entre os dois países, mataram três soldados israelenses e seqüestraram mais dois. Alguns dias depois mataram mais cinco soldados israelenses. Tel-aviv respondeu com um bloqueio naval e o início do bombardeio de centenas de alvos no Líbano – que incluíram o aeroporto de Beirute e o QG do Hesbollah no sul de Beirute. O Hezbollah, por sua vez, respondeu com ataques as cidades do norte de Israel. Com o passar das semanas e o escalonamento do conflito, a infra-estrutura das cidades libanesas começou a ruir, com a intensificação dos bombardeios israelenses e os mísseis de fabricação iraniana disparados contra civis israelenses, o número de mortos (644

libaneses e 68 israelenses até agora) se elevou e o de refugiados atinge proporções catastróficas.



Com o bombardeio israelense na cidade de Qana – que atingiu um prédio residencial – o humor da sociedade internacional começou a pender para o lado do Líbano. Israel acusa o Hezbollah de usar civis como “escudos humanos”, enquanto o primeiro ministro libanês pede o imediato cessar-fogo e a retirada israelense do sul do Líbano.

Para evitar a morte de civis injustificada como o de Qana, o Exército de Israel foi colocado em estado de prontidão para o que pode ser a maior incursão militar do país em mais de duas décadas. A partir desta sexta-feira, os israelenses poderão avançar ainda mais pelo sul do Líbano, na tentativa de "empurrar" para mais longe os guerrilheiros do Hezbollah e tirar as cidades israelenses do alcance de foguetes do grupo radical libanês. Israel quer que os soldados tenham uma maior “precisão cirúrgica” que os bombardeios feitos pela sua força aérea, e assim ganhar o apoio mundial novamente.

A mobilização militar foi decidida depois que Israel sofreu seu maior número de baixas nesta guerra, no dia 02 de agosto deste ano, quando três soldados e cinco civis morreram em ataques do Hezbollah. Também na quinta, o comando do grupo prometeu seguir disparando foguetes, garantindo até ser capaz de atingir Tel-Aviv pela primeira vez. Após isso, Israel decidiu intensificar o confronto.

A mando do Ministério da Defesa, o Exército se preparou para avançar até o rio Litani, a cerca de 30 quilômetros da fronteira entre Israel e Líbano, caçando os militantes que estiverem no caminho. Isso deixaria poucas cidades de Israel ao alcance dos foguetes Katyusha, já que as armas do Hezbollah seriam capazes de cobrir a distância de 35 quilômetros do disparo até o alvo.

2. História do Conflito

Guerra civil que opõe os cristãos maronitas, de um lado, e a coalizão de drusos e muçulmanos, de outro, entre 1975 e 1991. O conflito tem reflexos na situação do Líbano até hoje. Em 1948, o Líbano recebe 170 mil refugiados palestinos, depois da derrota dos Exércitos árabes que tentaram impedir a criação do Estado de Israel. A Constituição de 1926 estabelecia, por um acordo tácito, que o presidente seria sempre

um cristão maronita e o primeiro-ministro, um muçulmano sunita. À medida que cresce a população muçulmana no país, o pacto estabelecido impede que esse grupo ocupe os cargos mais importantes do governo.

Uma guerra civil eclode em 1958, com insurreições muçulmanas contra o presidente maronita Camille Chamoun (pró-norte-americano), sob inspiração dos regimes nacionalistas pró-soviéticos da Síria e do Egito. Tropas norte-americanas desembarcam no país, provocando imediato protesto soviético. A crise é contornada, depois de negociações, com a substituição de Chamoun e a retirada norte-americana.

Após a saída das tropas dos Estados Unidos (EUA), é encontrada uma solução política, a pedido da ONU (Organização das Nações Unidas). Organiza-se um governo composto de líderes dos vários grupos religiosos do país. O frágil equilíbrio de poder, no entanto, rompe-se na década de 70. Uma nova derrota árabe na Guerra dos Seis Dias, em 1967, e o massacre dos palestinos na Jordânia durante o Setembro Negro, em 1970, elevam para mais de 300 mil o número de refugiados palestinos no Líbano. A Organização para a Libertação da Palestina (OLP) estabelece seu quartel-general em Beirute e começa a atacar Israel a partir da fronteira libanesa, agindo com independência no interior do país. A OLP é apoiada pelos setores reformistas e pan-arabistas (interessados em reunir todos os países de língua árabe), sendo hostilizada pelos conservadores, que a consideram uma ameaça à soberania do país e responsável pelas represálias israelenses.

Início da guerra – Os cristãos maronitas acusam o governo de ineficácia e integram-se às milícias do Partido Falangista, de extrema-direita, que defende a expulsão imediata dos palestinos e a manutenção do poder nas mãos dos cristãos. Milhares de jovens drusos, sunitas e xiitas alistam-se nas forças de suas respectivas organizações políticas. Em abril de 1975, as tensões explodem numa guerra civil em larga escala, que opõe a coalizão de esquerda druso-muçulmana, que tem o apoio da OLP, e a aliança maronita de direita. O Exército libanês, comandado por oficiais cristãos, fragmenta-se em facções rivais e o governo praticamente deixa de funcionar. A guerra civil atinge o país com uma violência sem precedentes. Em 1976, diante da iminente vitória do bloco esquerdista, a Síria rompe sua aliança com os muçulmanos e invade o país, apoiando inicialmente as milícias maronitas. No decorrer do conflito, os sírios mudam de aliados várias vezes, passando a dominar cada vez mais o território e as instituições libanesas. A presença de tropas sírias provoca protestos dos árabes e há deslocamento de tropas de França, EUA e União Soviética (URSS) para a região.

O prosseguimento da luta leva à desagregação da sociedade libanesa. Milícias armadas fracionam o país em enclaves étnico-religiosos rivais. Em 1976, realiza-se o Encontro de Riad, que obriga a Síria a reconciliar-se com a OLP e renunciar à intervenção no Líbano. Uma comissão formada por Egito, Arábia Saudita, Síria e Kuwait é encarregada de supervisionar a paz na região. Em 1977, no entanto, o assassinato do líder druso Kamal Jumblatt desencadeia nova onda de violência e os combates são retomados. A situação se agrava com a ação de Israel que, na operação Paz na Galiléia, realiza incursões militares no território libanês, com o objetivo de expulsar a OLP.



Em junho de 1982, com o apoio das milícias cristãs, Israel invade o Líbano e chega a Beirute. Após dois meses de intensos bombardeios israelenses, é negociada a retirada da OLP da capital libanesa. No ano seguinte, ela deixa o país. Em 16 de setembro, com permissão israelense, milícias cristãs libanesas invadem os campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, na parte oeste de Beirute, e massacram a população civil. A ação é uma represália pelo assassinato, dois dias antes, do presidente eleito Bachir Gemayel. O governo libanês pró-israelense é fortemente combatido, com a ajuda da Síria, e Israel retira suas tropas para uma estreita faixa ao longo da fronteira sul do Líbano.

Os EUA enviam suas tropas ao Líbano após os massacres de Sabra e Chatila e se retiram em fevereiro de 1984, após pressão internacional. A saída das tropas norte-americanas e das de Israel, em seguida, enfraquece os cristãos. Os drusos dominam a região do Chuf, área montanhosa ao sul e leste de Beirute, expulsando as comunidades maronitas que ali viviam há séculos. Os falangistas sofrem uma significativa derrota em 1984 e 1985, quando, sob patrocínio sírio, as três principais facções militares libanesas – a milícia drusa (xiita), a milícia Amal (também xiita, pró-Síria) e a Falange (cristã) – assinam, em Damasco, um acordo para o cessar-fogo. O pacto é boicotado pelo Hezbollah (grupo xiita radical apoiado pelo Irã), pela Murabitun (milícia muçulmana sunita) e por setores da comunidade cristã. A violência prossegue, com o seqüestro de vários estrangeiros, o assassinato do primeiro ministro Rashid Karame, em junho de 1987, e sangrentos combates nos subúrbios de Beirute, opondo o Amal e o Hezbollah. Gemayel encerra seu mandato em setembro de 1988, sem conseguir pacificar o país.

Israel cria uma milícia libanesa aliada, o Exército do Sul do Líbano (ESL), e ocorrem 20 invasões aéreas israelenses durante o ano de 1988. Em 1989, uma nova reunião tripartite propõe uma "carta de reconciliação nacional", que é apoiada por EUA, URSS, França, Reino Unido e principais governos árabes. Em 22 de outubro de 1989, a Assembléia Nacional Libanesa, reunida em Ta'if, na Arábia Saudita, aprova essa carta. Ela determina a participação, em condições de igualdade, de cristãos e muçulmanos no governo e o desarmamento das milícias. O general cristão Michel Aoun rejeita o acordo de Ta'if e autoproclama-se presidente da República. Os combates terminam em outubro de 1990, quando bombardeios sírios destroem o quartel-general

de Aoun e o forçam ao exílio na França. Uma frágil paz, estabelecida sob a proteção síria, é formalizada por um tratado em maio de 1991.

A Síria consolida seu domínio sobre o Líbano, mantendo 35 mil soldados no país. Todas as milícias são desarmadas, menos aquelas que atuam na região do sul libanês. Ali, a tensão continua, com ataques de guerrilheiros do Hezbollah, apoiados pelo Irã, contra o ESL e o norte de Israel. Os israelenses respondem com ataques aéreos às posições da guerrilha e, em 1996, iniciam maciços ataques aéreos e de artilharia que atingem, pela primeira vez desde 1982, os subúrbios de Beirute. Em abril de 1998, o gabinete israelense anuncia a intenção de cumprir a resolução 425 da ONU, que exige sua retirada da faixa de segurança de 15 quilômetros no sul do Líbano.

3. Descrição do Problema

Em sua terceira semana, o conflito entre Israel e a milícia do Hezbollah, o "Partido de Deus", parece estar apenas no começo. Apesar do nome, o Hezbollah nada tem de sagrado. É uma falange montada com dinheiro do Irã e armas fornecidas pela Síria. Seu objetivo imediato é matar israelenses, sendo-lhes indiferente se os alvos são civis ou militares. Seu objetivo final é converter ou matar todos os que não pensem como seus líderes. O duplamente trágico no atual estágio da guerra iniciada por Israel deriva do fato de que, mesmo sem ser esse seu objetivo, as ações militares de Israel estão matando civis inocentes e, aos olhos do mundo, os justos começam a se assemelhar aos sicários que eles se propuseram a punir.

O número de mortos cresce, e não existe até agora um claro vencedor. Os civis pagam o preço mais alto. Pelas estimativas da sexta-feira passada, 800.000 libaneses, numa população de 4 milhões, foram forçados a abandonar suas casas e mais de 400 foram mortos. As cidades costeiras de Tiro e Sidon estão abarrotadas com mais de 100.000 refugiados. Israel sofre também, ainda que seu total de mortos seja dez vezes menor que o libanês. Ao menos 2.300 mísseis e foguetes lançados pelo Hezbollah já caíram em cidades e povoados israelenses, obrigando mais de 1 milhão de pessoas a procurar os abrigos antiaéreos. O balanço desproporcional em número de vítimas e nas dimensões da destruição está agora no centro de um complicado dilema ético que vai além do habitual debate entre Israel e seus detratores. Diz respeito ao seguinte: uma guerra continua justa se for lutada de modo sujo?



INIMIGO INVISÍVEL
Foguete do Hezbollah é lançado de uma base numa zona residencial de Tiro, no Líbano: a dificuldade de Israel em localizar bases de lançamento pode prolongar o conflito

Do ponto de vista das regras internacionais, todo Estado tem o direito e o dever de preservar a vida de seus cidadãos de ataques externos. A ofensiva israelense no território libanês é justa, ao menos no que diz respeito a sua motivação. Discute-se a proporcionalidade. Se o Hezbollah atravessou uma fronteira internacional e seqüestrou dois soldados (como fez três semanas atrás) e há anos lança regularmente foguetes sobre as cidades israelenses, é um direito de Israel usar a força para tentar eliminar esse grupo ou, pelo menos, reduzir sua campanha terrorista. A moralidade da ofensiva torna-se nebulosa, contudo, quando Israel usa bombas de fragmentação em áreas populosas, ataca estradas e centrais elétricas que, apesar de terem algum uso militar, são vitais para a população civil. A quase universal compreensão com que o Estado israelense contou nos primeiros dias de confronto, até mesmo em alguns países árabes, está agora virada de cabeça para baixo. A mudança deve-se exclusivamente ao sofrimento imposto à população do Líbano, da qual o Hezbollah representa apenas uma ínfima parcela.



INIMIGO INVISÍVEL
Foguete do Hezbollah é lançado de uma base numa zona residencial de Tiro, no Líbano: a dificuldade de Israel em localizar bases de lançamento pode prolongar o conflito

Pelas normas internacionais, a maneira de fazer uma guerra é considerada justa quando preenche três requisitos: a resposta deve ser proporcional à ameaça ou agressão, não se pode usar força excessiva e os ataques têm de ser direcionados aos combatentes inimigos, e não aos civis. A proporcionalidade de um conflito não é julgada apenas pela agressão sofrida. Há dois outros fatores igualmente importantes. O primeiro são as dimensões da ameaça (a chuva de foguetes e mísseis lançados contra o território israelense dá a dimensão do enorme perigo representado pelo Hezbollah). O segundo leva em conta a destruição que a guerra causa, em comparação aos benefícios que pode trazer. Se o Hezbollah for destruído ou contido, argumentam os israelenses, os benefícios serão enormes. Não apenas para Israel, mas também para o Líbano e para os outros países da região, ameaçados pelo extremismo islâmico patrocinado pelo Irã.

A questão da proporcionalidade cobre apenas uma parte da discussão ética. Desde o fim da II Guerra, o mundo tem colocado ênfase na diplomacia e na solução pacífica de controvérsias para a solução de litígios. O conceito moderno é que a guerra deve ser o último recurso, depois de todos os outros terem se esgotado. Uma série de acordos internacionais – a Convenção de Genebra é a mais conhecida – tenta colocar ordem numa questão que já era discutida nos tempos da conquista da Gália por Júlio César: na guerra vale tudo? A resposta ética é não. Mesmo que se entenda que o soldado, no meio da balaceira, não hesite em usar sua arma mais poderosa, certas regras

separam a civilização da barbárie. As questões essenciais são a imunidade do não combatente, a proteção aos feridos e a garantia de bom tratamento aos prisioneiros.



Proporção?
Libanês morto por bombardeio
Israelense

Essas regras básicas surgiram no século IV, nas obras de Santo Agostinho, que tratou do conceito da guerra justa de acordo com a moralidade cristã. Quem transformou o assunto em uma questão de direito, lançando as bases do que seria uma "lei da guerra", foi o jurista holandês Hugo Grotius, no século XVII. Grotius defendeu a necessidade de alguma moderação nos conflitos, recomendando práticas como a preservação das riquezas arquitetônicas e obras de arte encontradas no território inimigo e o cuidado com a vida dos civis. Se não respeitar essas regras, Israel se igualará a seus inimigos, os terroristas. Na sexta-feira passada, surgiu o primeiro fio de esperança: um plano de cessar-fogo proposto pelos Estados Unidos e por outros países, que deverá ser submetido ao Conselho de Segurança das Nações Unidas nesta semana. O resultado dessa iniciativa depende de várias questões fundamentais, alinhadas a seguir.

4. Questões que uma resolução deve responder

1. Quem é o culpado pela guerra?

Nem sempre é fácil identificar o responsável por um novo surto de violência no Oriente Médio. É preciso determinar a responsabilidade pelo início do conflito. Se possível esclarecer esse ponto.

2. Se a estratégia de Israel é proporcional.

O primeiro-ministro Ehud Olmert persegue dois objetivos principais no Líbano. O primeiro é usar o poderio aéreo para causar o maior estrago possível na estrutura militar, nas vias de transporte e de comunicação do Hezbollah antes de arriscar a vida de soldados israelenses em combates de infantaria. O segundo objetivo é demonstrar de forma enfática o poder de fogo israelense, de forma a persuadir o inimigo de que não vale a pena insistir em futuras agressões. Ambas as metas esbarram no mesmo problema: a dificuldade de derrotar uma força guerrilheira que conhece bem o campo de batalha e tem o apoio da população, e a proporcionalidade da ação. Bem como determinar se essa estratégia não viola o costume internacional, a carta da ONU, e as convenções de genebra.

3.A responsabilidade do Hamas e do Hezbollah, e como desarma-los.

O Hezbollah, o Hamas e a Al Qaeda compartilham a abominável estratégia do homem-bomba. Em princípio, esses movimentos radicais islâmicos querem a destruição do Estado de Israel e a construção de Estados teocráticos. Aí começam as diferenças. A Al Qaeda é um movimento global, sem vínculos territoriais ou nacionais. Seu objetivo é um califado mundial e a destruição de seu pior inimigo, a vertente xiita do Islã. O Hezbollah representa a comunidade xiita do Líbano, tem um braço político, com participação no governo libanês, e outro social. O Hamas ganhou as últimas eleições palestinas. Apesar da atual aliança tática e do inimigo em comum, a tensão entre o Hamas e o Hezbollah é grande e reflete o profundo racha dentro do mundo muçulmano. O Hezbollah é uma criação dos aiatolás do Irã. O Hamas foi financiado pelos xeques sunitas da Arábia Saudita, cujo maior inimigo são exatamente os xiitas iranianos.



4.A criação de uma operação de paz, efetivo desta, poder de fogo e capacidade fornecida pelo mandato para o desarmamento do Hezbollah, além de uma retirada unilateral pelo Estado de Israel do território libanês.

Israel deixou a faixa de segurança que ocupava no sul do Líbano em 2000. No ano passado saiu da Faixa de Gaza, depois de 38 anos de ocupação. O governo israelense promoveu todos esses recuos de forma unilateral. Resultado: o Hezbollah, que passou dezoito anos combatendo a presença de tropas israelenses no território libanês, saiu do episódio com pose de vencedor. Desde então Israel assistiu impotente à corrida do Hezbollah para construir bunkers, abrigos e armar-se com a ajuda do Irã. Na Faixa de Gaza, sem os israelenses para combater, seis ou sete grupos armados passaram a lutar uns com os outros, levando o caos à região. Hoje se vêem confirmadas as previsões pessimistas dos críticos tanto da direita quanto da esquerda israelense. Como formar uma operação de paz que coloque fim a tudo isso e permita um assentamento pacífico das controvérsias entre Líbano e Israel.

A proposta de cessar-fogo que os Estados Unidos e outros países devem apresentar, nesta semana, ao Conselho de Segurança das Nações Unidas prevê o envio de tropas internacionais para o sul do Líbano. A missão dessas forças seria ajudar o governo libanês a desarmar o Hezbollah e garantir a chegada de ajuda humanitária. A solução é atraente mas de difícil execução. Se a guerra parar agora, a guerrilha xiita conserva boa parte de sua força militar e de seu prestígio popular e político. Em outras palavras, só entregará as armas se quiser.

5. É possível um acordo que possa influenciar o conflito nos territórios ocupados da faixa de Gaza e Cisjordânia e a própria região?

Oficialmente, Israel e Líbano estão em estado de guerra desde 1948. Ambos assinaram o armistício de 1949, que estabeleceu as fronteiras entre os dois países. Com uma grande minoria cristã e forte influência ocidental, o Líbano pode ser considerado o menos hostil e o mais fraco vizinho árabe de Israel. Na verdade, as invasões e os ataques israelenses nunca foram exatamente contra o Estado libanês, mas contra o Estado dentro do Estado criado pelos palestinos, em 1982, e agora contra o Estado dentro do Estado criado pelo Hezbollah. O governo libanês sempre repete que será o último país árabe a assinar a paz com Israel, para não ser acusado de traidor pelos demais. Por sua vez, o Hezbollah condiciona a convivência pacífica com os israelenses à solução do problema palestino. Objetivamente, Israel e Líbano podem chegar a um compromisso em torno de assuntos concretos sem um tratado formal de paz.

6. É possível fazer uma resolução que não conduza a uma nova guerra civil no Líbano e traga paz para as divisões no próprio mundo muçulmano?

Qualquer solução para afastar o perigo do Hezbollah provavelmente teria o apoio de três influentes países de maioria sunita: o Egito, a Arábia Saudita e a Jordânia.

Os governos desses três países apressaram-se, logo de início, a criticar o ataque do grupo xiita libanês que deu início à guerra. O governo do Irã, de maioria xiita, tem se empenhado em aumentar seu poder regional influenciando grupos da mesma facção islâmica, como o Hezbollah, no Líbano, e os políticos xiitas que atualmente dominam o governo iraquiano. O problema também reside no fato da multiplicidade étnica-religiosa do Líbano que é explorada por cristão, judeus e muçulmanos.

O equilíbrio entre dezessete confissões religiosas era a grande façanha daquele país até meses atrás. Agora, há dúvidas se o delicado equilíbrio pode sobreviver à guerra provocada pelo Hezbollah. No Líbano, há cinco subdivisões entre os muçulmanos, e doze entre os cristãos. Um em cada dez habitantes é refugiado palestino. Na guerra civil, que castigou o país de 1975 a 1990 e causou a morte de 150.000 pessoas, as rixas entre os grupos sectários foram alimentadas por interesses externos. A Síria, os palestinos e Israel tomaram partido e acabaram por participar diretamente do conflito. O acordo de paz que pôs fim à guerra foi sacramentado por um líder carismático, o primeiro-ministro Rafik Hariri, assassinado no início de 2005. Muçulmano sunita, Hariri assumiu a chefia do governo em 1992. Sob o seu comando, Beirute voltou a atrair turistas e investimentos estrangeiros. Sobrou uma encrenca sem solução: todas as milícias foram desarmadas, exceto o Hezbollah.

7. Como convencer Israel de suspender sua ofensiva?

Israel embarcou nesta guerra para impor sua autoridade no sul do Líbano. Seu objetivo é claro: destruir a capacidade ofensiva do Hezbollah de tal maneira que o grupo leve anos para se recuperar e, de preferência, nunca o faça. Que alternativa poderia ser considerada uma vitória para Israel? Talvez um acordo de cessar-fogo para desarmar o

Hezbollah aos poucos e restituir ao Estado libanês o controle de todo o seu território. Isso dificilmente poderia ser feito sem a supervisão de uma força internacional e sem a concordância tácita da Síria.

8. Quais são as consequências de uma vitória do Hezbollah?

Quanto mais a guerra se estende e o número de baixas israelenses aumenta, mais o Hezbollah ganha crédito como a única força árabe a derrotar os israelenses. Se isso acontecer, será um desastre para o Oriente Médio. Os terroristas do Hamas e da Jihad Islâmica interpretariam o sucesso do Hezbollah como se fosse deles próprios. Isso estimularia novos atentados palestinos e o crescimento do extremismo islâmico na Jordânia, no Egito e na Arábia Saudita, países aliados dos Estados Unidos. O governo de Israel fez uma aposta pesada ao mergulhar tão fundo na guerra contra o Hezbollah. Se fracassar, o mundo todo terá o que lamentar.



O que Israel quer

Conforme mencionado anteriormente, guerrilhas do Hezbollah abduziram dois soldados israelenses no norte de Israel ao atravessar sua fronteira do armistício de 1949 com o Líbano.

O Primeiro-Ministro Israelense Ehud Olmert disse que o objetivo das operações militares são três. Trazer para casa os soldados seqüestrados, completa paz e quietude na fronteira e a remoção do Hezbollah da área.

Acrescentando, o ministro das relações exteriores afirmou que Israel quer a completa implementação da resolução 1559 do Conselho de Segurança da ONU que determina o desarme do grupo, e a suspensão do grupo como um “provocador” de conflitos. A resolução 1559 pede por uma imediata retirada de todas as forças do Líbano, bem como o desarmamento e desmantelamento de todas as milícias locais.

O que o Hezbollah quer

O líder do Hezbollah – Hassan Nasrallah – tem demandado por negociações diretas entre Israel e o Hezbollah para liberar seus prisioneiros em troca da libertação de membros do Hezbollah presos no território israelense.

Entretanto, o objetivo do Hezbollah é a extinção do Estado de Israel, e o estabelecimento de um estado islâmico na região. Porém, apesar de ser considerado

como terrorista por Israel e EUA, o Hezbollah tem 23 cadeiras dos 128 assentos no parlamento libanês.

Nouhad Mahmoud, embaixador libanês na ONU, disse que um cessar-fogo é necessário antes que os soldados israelenses possam ser libertados. Mas as autoridades libanesas não tem poder para forçar o Hezbollah solta-los.

Documentos de posição

O Documento de Posição Oficial consiste na exposição da política externa do país representado em relação ao tema proposto. O documento deve ser orientado pelas seguintes questões: qual a posição de seu país em relação ao conflito? Quais seriam as políticas desenvolvidas pelo seu país para sanar o problema? Quais soluções para o problema seriam defendidas pelo seu país?

O documento de posição oficial é uma pré-apresentação da política externa de um país a respeito de um determinado tema. Uma vez que um Estado toma uma posição em relação a um assunto específico, o seu andamento nas discussões deve ser coerente com a primeira impressão que se quer transmitir ao comitê e seus membros. Por isso pode ser vir de linhas gerais para o seu trabalho.

O Documento de Posição Oficial deve conter diretrizes gerais da política externa acerca do tema, podendo apresentar eventuais medidas tomadas internamente diretamente relacionadas à questão e possíveis soluções. Geralmente é apresentado em um texto corrido, objetivo e específico, devendo-se evitar informações muito gerais como dados geográficos ou históricos de caráter meramente ilustrativo.

É importante lembrar que tanto neste documento quanto no decorrer das sessões você deve seguir a política externa do país que está representando, mesmo que ela contrarie a sua posição pessoal.

O *Documento de Posição Oficial* deverá ser entregue no momento do credenciamento dos delegados, durante o primeiro dia do evento.